



Universidade – de paga?

Frederico Alberto
Blaauw

Todos os jornais da semana focalizaram a crise da USP, momento em que nossa maior e melhor universidade está em greve de professores e funcionários, devido ao congelamento dos salários, ocasionado por gestão financeira irresponsável.

Isso trouxe à baila a eterna questão das mensalidades, nas universidades públicas. Cobrar mensalidade ou não de quem pode pagar é, acima de tudo, medida de justiça social, mas o fim da gratuidade, nas públicas, divide a opinião de acadêmicos e da população.

Para um grupo é dever do Estado garantir ensino gratuito e de boa qualidade para todos, pois a cobrança excluiria ainda mais, do ensino superior, os alunos de baixa renda.

Já outro grupo entende que o pagamento de mensalidade teria contribuição pequena, para resolver os atuais custos da universidade, embora cobrança razoável poderia melhorar as finanças e fazer com que os alunos pensassem duas vezes, antes de se matricular, sem o intuito de dedicação plena aos estudos. Argumento forte a favor do pagamento é o fato de que a maior parte dos alunos, que entra nas universidades públicas, pode frequentar boas escolas privadas.

Além disso, fato é que o Estado, hoje, gasta muito mais por aluno do curso superior do que com estudante do básico.

Segundo dados do ProUni, seis em cada dez alunos da graduação, da USP, tem condição econômica para pagar mensalidade. Daí resulta que a elite estudantil da USP é bancada pelo ICMS, imposto regressivo, cujo impacto é proporcionalmente maior no bolso de famílias mais pobres. Isso significa que o conjunto de paulistas paga faculdade de alguns selecionados, que perceberão vencimentos maiores que os da média de contribuintes.

Recente pesquisa da Folha de São Paulo informa que, um terço dos calouros da USP tem renda familiar acima de 10 salários mínimos, a significar que os mais pobres subsidiam a instrução de uma parcela dos mais ricos.

Fato é que a mensalidade não pode representar obstáculo intransponível para nenhum cidadão, pois seria desatino impor barreira adicional a jovens pobres.

Como resolver a questão?

Ao Estado caberia custear a maior parte do orçamento, como ocorre em diversos países que adotaram sistema de cobrança na universidade pública, medida de justiça social, pois a palavra de ordem "universidade pública, gratuita e de qualidade" é uma ilusão cognitiva, pois sempre alguém vai pagar - o conjunto dos contribuintes, isto é, nós todos.

Não consegue o Estado oferecer "gratuitamente" tudo o que dele se exige, precisamos fazer escolhas - dividir a fatura, o aluno pagaria uma parte e o Poder Público (isto é, todos nós) a outra. De qualquer forma, mudança, na gratuidade das universidades públicas, exigiria alteração da Constituição, que proíbe cobrança de mensalidade em instituições públicas de ensino.

Frederico Alberto Blaauw é mestre em Direito Comercial, advogado e consultor de empresas, professor de Direito Empresarial.